

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

---

ATA Nº 016

PRESIDENTE - DEPUTADO ZECA D'ÁVILA

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Boa-tarde a todos!

Senhoras e senhores, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de debater Gestão de Resíduos Sólidos.

Convido para compor a Mesa: o Dr. Antônio de Andrade Junqueira, Prefeito de São José dos Quatro Marcos; a Solange, Gerente de Resíduo da Secretaria; a Neise, que é Gerente de Resíduos Industriais e Agrícolas da SEMA; e o Dr. Eduardo Figueiredo Abreu, Coordenador de Gestão de Resíduos Sólidos da SEMA.

Eu gostaria de anunciar a presença: do Capitão Paulo, da Defesa Civil do Estado; do Raul Lisone Paixão, Reciclagem Mato Grosso; do Francisco Ribeiro, Analista Ambiental da SEMA; do Manoel Moreira, Consultor do Meio Ambiente; do Nilson Pedro Paixão, Diretor de Reciclagem em Mato Grosso; do José Roberto Ribeiro, empresário da Geoeste Poços Artesianos; do João Feresbino de Faria, Colina Verde Reciclagem; do Antonio Eduardo Constantino, Assessor da Secretaria de Serviços Públicos de Várzea Grande; e do Fidelmar Cesário da Silva, Coordenador de Coleta de Lixo da Secretaria de Serviços Públicos de Várzea Grande. Muito obrigado pela presença de todos.

Eu fico bastante feliz com a presença de todos, sabendo do brasileiro que somos, que horário parece que é difícil de cumprir, mas vamos trabalhar e os que chegarem já vão pegando o carro andando.

Eu quero dizer inicialmente a todos que eu me preocupei com esta questão do lixo em função de que eu viajo muito pelo Estado de Mato Grosso.

Primeiro, sou produtor rural, depois sou Deputado, e eu estou muito preocupado genericamente, hoje muito mais com o meio ambiente tanto na área rural como na área urbana.

Nós vamos passar uma fita aqui, porque nessas andanças minha aí, que eu também faço campanha de combate à febre aftosa em todo o Estado de Mato Grosso, eu tenho me deparado com essa questão do lixo. E essa fita que nós vamos passar é lixo que eu filmei no Estado de Mato Grosso, em municípios por onde eu passei, eu fui filmando, gente, animais, porcos, lixo na beira do rio, lixo em campo de avião. Enfim, é um problema extremamente grave e sério. E o Eduardo me procurou. Conversamos a respeito. Falei para ele sobre o assunto. Ele falou: “Oh, a Secretaria está... Nós já estamos começando a fazer um trabalho. Temos muitos problemas, é verdade, mas estamos procurando trabalhar.” Eu falei: Eduardo, então, vamos aproveitar. Vamos fazer uma audiência pública para ver se nós conseguimos discutir mais de perto essa questão para ver se, através do Governo do Estado e do Governo Federal, nós possamos dar uma ajuda, uma orientação, quem sabe a ter conseguir financiamento para que os municípios com a sua pobreza que, hoje, passam, nós possamos ajudar, Prefeito, nessa questão que nós sabemos que o problema é hoje financeiro de todas

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

as Prefeituras, e é bastante caótico. Nós temos plena consciência disso.

Mas também não é por isso que nós temos que deixar essa situação se agravar. Com o que eu vi por aí, eu fiquei escandalizado. Eu quero fazer esse comentário, antes de passar essa fita, porque eu filmei lixo em município sendo jogado ao lado de escola, e não vou esconder. Isso acontece em São José do Povo, numa escola que eu implantei, uma escola agrícola. Está a 200 metros da sala de aula, e o Prefeito jogando lá dentro da escola, sem imaginar que vai... E não é o propósito ofender A ou B, mas em Juara eu vi jogarem lixo no barranco do rio. Está filmado aí, vou mostrar. Em Novo Mundo tem porco lá dentro, criança, gente de toda ordem.

Então, eu fiquei bastante sensibilizado com essa questão. Sei que é difícil, porque até o caso parece que interessa pouco. Quando se diz em meio ambiente no setor rural, ONG's e não sei o que mais aparece. Esta sala deveria já estar cheia! A preocupação é com o setor rural que eu não vou dizer, como produtor rural, que não cometemos alguns erros, não! Os setores já estão conscientes dos erros que cometeram, uma grande parte no passado, por ignorância e falta de orientação pública e alguns por seus desmazelos, e isso a gente tem consciência disso.

Mas, eu fico, hoje, preocupado com o lixo urbano, porque me parece, eu não sei se vou exagerar em algumas palavras que eu coloco, é dentro de uma situação, Prefeito, de que é numa parte muito significativa da população bastante consciente. E, isso é o que me preocupa, porque eu, hoje, a partir da hora que eu passei a fazer esse trabalho que ainda não é o andamento, é o engatinhar. Hoje, eu passo na porta de doutores, não importa se é advogado, médico, dentista ou não sei quem, e o lixo está correndo solto. E aí eu ouço falar: O povão. Mas, eu estou vendo que o povão está melhor do que esse povo do quadrilátero central de qualquer cidade e de qualquer Estado brasileiro.

É uma produção de lixo fantástica! E são essas pessoas extremamente conscientes, extremamente educadas, extremamente culturais... Essa coisa está correndo solta! Vejo muito pouco ou não vejo o Ministério Público trabalhando isso. Mas, quando cai um pau ou mata um pássaro preto em Brasília, aquele que matou o pássaro preto ou tirou a casca de um pau para fazer um chá para sua mulher vai para a cadeia. E essa produção de lixo urbano constantemente, lixo hospitalar... Nós vimos outro dia criança no lixo, fetos jogados dentro de lixão.

Dr. Eduardo, por favor, participe da Mesa aqui conosco. Dr. Eduardo, aliás, Leonardo, perdão, já estou com Eduardo aqui, da OAB.

Então, é bastante preocupante. Sabemos das dificuldades que vamos encontrar. Já passam por dificuldades, não tenho dúvida nenhuma, os municípios. Nós precisamos que a Secretaria de Meio Ambiente nos ajude, porque está tudo irregular, eu digo tudo porque Mato Grosso tem 140 municípios. Digamos que haja 10 regulares e 130 irregulares. Digamos que sejam 30 regulares, mas há 100 irregulares. Isso não pode acontecer. O Poder público tem que cuidar disso.

Nós estamos vendo o setor rural, às duras penas, o sacrifício que tem passado. Vocês têm visto aí, estão vendo. No meio ambiente, as embalagens nós estamos correndo atrás, com sacrifício também, porque não é fácil para o setor rural economicamente, mas estamos procurando fazer essas embalagens ter o seu destino certo e correto para que danifique muito menos o meio ambiente. Ainda precisa fazer algo mais nessa área? Precisa, sem dúvida nenhuma. Não estou aqui acendendo vela para deus e para o diabo, querendo inocentar um e crucificar outro. Não, longe disso. Já disse inicialmente que sei e o segmento sabe que tem os seus erros nas suas áreas e estamos procurando corrigir às duras penas.

Mas com esse outro lado eu fiquei bastante preocupado, porque eu vejo muito pouco... O Eduardo tem me orientado mais, discutido mais comigo abertamente e aqui no meu

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

gabinete tem demonstrado que tem gente preocupada. Mas eu acho que a preocupação ainda é muito pequena pelo tamanho do problema que temos. Eu acho que nós precisamos trabalhar mais, e mais rapidamente, esse problema no Estado de Mato Grosso, porque, da forma que está, está complicado.

Então, eu queria fazer este comentário inicial. E vamos pedir à TV Assembléia passar esse vídeo para que possamos assisti-lo. São dez, quinze, minutos de vídeo.

Já vai entrando. Eu vou ficar do lado, porque farei alguns comentários.

(EXIBIÇÃO DE VÍDEO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Isto aqui é exatamente, olhem lá, Jangada. Nós estivemos *in loco* fazendo essa filmagem. É uma filmagem amadora, porque fomos nós que fizemos, mas estamos mostrando como está sendo conduzido o lixo nesse município.

A forma como o pessoal trabalha. Olhem, Guiratinga. A forma como os trabalhadores estão fazendo o manuseio do lixo. É uma situação extremamente grave, que precisa ser vista e revista a posição desse trabalhador que trabalha com o lixo nos municípios. Não tem proteção nenhuma, não tem consciência nenhuma do serviço que está fazendo.

Vocês podem observar que esse rapaz que está perto do caminhão mal tem uma luva na mão. É muito raro encontrarmos alguém com luvas nas mãos, com a máscara, com a devida proteção.

Isso ali que nós mostramos são embalagens de agrotóxico. Nós acabamos de falar que o setor rural está procurando, com sacrifício, fazer cumprir o seu papel, a sua obrigação, o seu dever.

Ali é Poxoréo... Aquele é catador de lixo, sem proteção, sem nada. Eu acho que aquele ali está tendo um engano, não é Poxoréo não, pela localização não é. Esse ali deve ser outro município que aqui agora não me recordo, mas não é Poxoréo, com certeza.

Então, os senhores e as senhoras vejam como que a coisa anda aí, em caminhonete.

Ribeirão Cascalheira... Isso ali é resto de geladeira, de caminhão, de fogão, é uma parafernália isso ali.

Eu estou achando que aquele ali também não é Rondonópolis. Aquele ali, se não estou enganado, é exatamente São José do Povo, onde eu falei que está perto da escola. Pelo fundo, parece-me ser esse. Rondonópolis é bem maior.

Aquilo ali é pneu. Está fora de ordem, isso aí, eu estou consciente disso. Não é São José do Povo isso aí. (PAUSA).

Esse é São José do Povo. Lembro-me bem, mandei filmar bem essas moscas lá em São José do Povo, porque fizeram alguns buracos, a água juntou, e o lixo está sendo colocado dentro desses buracos misturados com água.

Eu gostaria que os senhores e as senhoras não considerassem essa legenda do município, porque está tudo fora de colocação (PAUSA).

Novo Mundo! Ao lado tem lá, onde eu mostrei, uma fazenda, e o pessoal cria porcos soltos para matar, vender na cidade, e esse porco se alimenta do lixo. Eu encontrei o Prefeito, falei com ele: Prefeito, vamos dar jeito naquilo ali. Ele falou: "Não. Eu tenho que fazer é posto de saúde." Eu falei: Mas é melhor evitar, fazer o posto de saúde, do que deixar aquela situação lá. Ele está preocupado em fazer o posto de saúde, curar a doença causada por isso aí: Restos de açougue, cabeça de vaca, bucho, enfim, é tudo misturado lá. Isso está no centro da cidade, encostado na cidade.

Nós podemos retornar à Mesa (PAUSA).

Eu gostaria de agradecer a presença do Prof<sup>o</sup> Paulo Gomes, Coordenador de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMT. Muito obrigado pela presença. Também agradecer a presença da Sr<sup>a</sup> Valdete Aparecida Moraes Fialho dos Santos, bióloga. Muito obrigado pela presença.

Então, aquilo ali, muito rápido e amadoramente, nós pudemos filmar, mas deu para que todos pudessem ver a exata situação da maioria dos municípios mato-grossenses. Isso nos preocupou bastante e por isso nós, em conjunto com o Dr. Eduardo e todos que aqui estão, com a sua boa-vontade, apareceram para nos ajudar, sabendo da preocupação desses que aqui estão em ver melhor essa situação, que é uma situação extremamente gritante.

Seguindo o ritual que a Casa manda, eu vou passar a palavra ao Sr. Eduardo, da SEMA, para que ele possa tecer seus comentários. Aqui da Mesa todos terão essa oportunidade. E, logo após a fala de todos, nós deixaremos a palavra aberta para que os senhores e senhoras da platéia possam se expressar dentro da finalidade da Audiência Pública, que são resíduos sólidos.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueiredo Abreu.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Boa-tarde a todos!

É uma grande honra e satisfação que nós fomos convidados para participar dessa Audiência Pública para tratar de um tema tão relevante e importante dentro do contexto da política ambiental do Estado de Mato Grosso.

Na verdade, eu vou fazer uma exposição, onde vou colocar todas as nuances da política de gestão de resíduos sólidos no Estado, as diretrizes, as ações, o que fizemos e o que ainda temos por fazer. Temos muito por fazer. Agora devemos enaltecer essa preocupação do Deputado Zeca D'Ávila porque, na verdade, Deputado, historicamente, em termos de gestão ambiental, não só no Estado de Mato Grosso, mas no país, o político geralmente tende a priorizar a gestão dos ativos ambientais, recursos da flora, da fauna, bacias hidrográficas e recursos hídricos. Raramente nós vemos um político preocupado com a gestão dos resíduos sólidos. E assim como o Deputado Zeca D'Ávila, o atual Governo do Estado é profundamente preocupado com essa questão. Tanto é verdade que a Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos que nós estamos à frente, a partir de setembro da administração do Secretário Marcos Machado, é uma prova cabal do interesse do Governo do Estado de definir políticas concretas para erradicação dos lixões, para estar trabalhando com geração de produção mais limpa nas empresas, uma forma de reduzir a geração de resíduos.

Porque o que foi apresentado pelo Deputado aqui no vídeo é uma coisa muito séria, que muito nos preocupa. Temos trabalhado diretamente com os municípios, já realizamos várias palestras na Associação Mato-grossense dos Municípios, já fizemos contato com vários prefeitos no sentido de estar estimulando a implantação de medidas e ações concretas para erradicação dos lixões nos municípios. Seja através de consórcios intermunicipais, seja através de elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, seja através de um variado tipo de ações e diretrizes que talvez não teria tempo aqui de anunciar o elenco de ações que nós temos proposta, propondo sistematicamente aos municípios no sentido de priorizar a gestão de resíduos sólidos nos seus municípios.

Então, com o advento dessa Coordenadoria, começa então, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o Governo do Estado, a dar uma atenção especial e a despertar a atenção da comunidade, da coletividade e também da classe política, como um todo, no sentido de tomarmos medidas, de definirmos políticas concretas para o setor. Daí nós podemos colocar algumas ações que já realizamos e outras que temos para realizar, que poderei colocar na minha apresentação.

Agora, é importante colocar que não adianta trabalhar apenas com as conseqüências, com as causas. Precisamos tomar medidas preventivas. Eu acredito, como toda a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

equipe da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos, como o nosso Secretário Marcos Machado, que é necessário induzir a população para um comportamento pró-ativo no sentido de mudar comportamentos em termos de consumo, em termos de trabalhar com empresas com modelos produtivos sustentáveis.

Então, não é com uma medida apenas que nós vamos contornar essa situação, esse cenário, que, realmente, precisa ser transformado, que o nosso Deputado teve a sensibilidade de colocar, de externar aqui, no âmbito do Poder Legislativo do Estado. De forma que nós o parabenizamos por essa iniciativa. Mas ações concretas têm sido feitas. Como nós podemos e vamos ter a oportunidade de, daqui a pouco, expor e depois debater com o Deputado, com os representantes da Mesa e com o público presente.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria de informar, porque aqui tem um protocolo, que, às vezes, eu não sou muito afeito a protocolo. Às vezes, eu vou tocando as coisas e agora que eu li.

Os que forem falar terão dez minutos. E aqueles que quiserem falar podem erguer a mão que o pessoal do Cerimonial faz uma inscrição prévia para que todos possam usar da palavra.

Eu indago ao Prefeito se quer usar da palavra.

Com a palavra, o Sr. Antônio de Andrade Junqueira, de Quatro Marcos.

O SR. ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA - Boa-tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Só um segundo, Prefeito, por favor.

Antes da fala do Prefeito, eu quero anunciar a presença da Dr<sup>a</sup> Fabrina Gouvea, Advogada da Comissão do Meio Ambiente/OAB, e do Sr. Adilson Valera, Presidente do SINDUSCON.

Muito obrigado pela presença de todos.

Com a palavra, o Prefeito Antônio de Andrade Junqueira, de Quatro Marcos.

O SR. ANTÔNIO DE ANDRADE JUNQUEIRA - Boa-tarde a todos!

Eu queria aqui agradecer ao Deputado. Eu acho que ele não citou Quatro Marcos, porque nesse aspecto Quatro Marcos é o maior. Então, nem participa. Porque nós temos uma vergonha na entrada do nosso município, que é um lixão a céu aberto, que vimos lutando para tentar resolver, para conseguir recursos para resolver aquilo. Inclusive, com parceria com o Ministério Público. Eu já fui autuado pelo Ministério Público. Já encaminhamos para Brasília para tentar conseguir recursos. Estamos lutando para conseguir.

Mas o que eu vi... Eu tive o prazer, no ano passado, de ser convidado pela comunidade européia, o Projeto Urbal, e passei quinze dias na França, em Lille, tudo por conta da comunidade européia. Eu fiquei em Lille e fiquei em Arezzo, na Itália, só vendo resíduos sólidos.

Então, o que vimos lá foi o que é feito de melhor no mundo. E vemos o que fazemos aqui. Então, quando conversamos com as pessoas, em uma escala de zero a dez - eu até falo, vamos supor que lá eles estejam em oito, porque tem coisas melhores, devem ter coisas melhores - não é porque estamos em um, dois, aqui que não devemos fazer alguma coisa. Nós temos que começar a fazer alguma coisa.

Eu já propus em várias regiões, falando sobre resíduos sólidos, que nós deveríamos começar com idéias práticas. E uma das idéias práticas, que já tentei pregar em várias reuniões é sobre o lixo hospitalar. Porque não existe incinerador para lixo hospitalar em quase lugar nenhum do interior. O que tem são churrasqueiras de lixo hospitalar. Não existe. O Hospital São Luís, em Cáceres, tem um incinerador pronto para funcionar, só que ele não pode, ele não agüenta a despesa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

sozinho. E a minha idéia é que fosse de responsabilidade dos consórcios intermunicipais de saúde o tratamento do lixo hospitalar. Porque o Estado é quase todo coberto por consórcio intermunicipal de saúde. Então, eu venho pregando essa idéia há bastante tempo. E começar nos municípios um consórcio de municípios para aterro sanitário. Porque nós temos visto que uma cidade, como Mirassol D'Oeste, que construiu há anos um aterro sanitário, mas que passou a funcionar como lixão. Porque os gastos para funcionar um aterro sanitário são grandes. Ele tem que ter maquinário, tem que ter máquina de esteira, pá carregadeira. Agora, Glória D'Oeste está fazendo um aterro sanitário. Será mais um que daqui a alguns anos, daqui a pouco tempo...

Então, eu estou até propondo... Eu e o Zé Luís, Prefeito de Glória D'Oeste, estamos vendo de que maneira poderíamos mudar o projeto para colocar esse aterro sanitário, já que Quatro Marcos fica a 24km de Glória D'Oeste, entre as duas cidades, para que os dois municípios possam tocar esse aterro sanitário. O ideal seria por perto de Quatro Marcos, pegando Araputanga, Glória D'Oeste, Mirassol D'Oeste, uma série de municípios. E várias outras regiões do Estado têm condições de fazer isso.

Porque o que nós vimos lá fora foi tudo através de consórcio, consórcios intermunicipais de saúde, e aqui é a gestão de resíduos sólidos. A primeira coisa que eles começam lá é a educação da população, quer dizer, produzir menos lixo; depois, reciclagem, coleta seletiva, reciclagem, essas coisas todas; e, por fim, destino adequado ao lixo. Lá, nós vimos os modelos, por exemplo, em Lille, onde o lixo hospitalar - aqui no Brasil já tem lugar que está fazendo isso também - é fatiado, vai para o autoclave, é autoclavado, e depois ele vai para o aterro sanitário.

Nós vimos lá o biogás... Hoje, o lixo lá dá lucro, por isso a iniciativa privada está lá porque toca isso daí, mas esse consórcio é público privado, só que sempre mais da metade das ações deles fica por conta do público.

Então, lá eles têm o biodiesel, o biogás, produzindo energia elétrica; eles têm termoelétrica com o lixo, produzindo energia elétrica; eles têm compostagem, tem os tambores que colhem os restos vegetais, é feita a compostagem para quem tem jardim nas casas. Outra compostagem para o lixo que não dá para usar da agricultura, que tem mistura, mas só para estabilizar quimicamente aquilo para no aterro, daí, ao invés de colocarem terra para ocuparem o volume do aterro, colocam aquela compostagem.

Eu tenho, se alguém se interessar, eu trouxe todo esse material, eu tenho todo esse material comigo lá em casa, já apresentei numa audiência pública em Cáceres, na Câmara, fui em reuniões do *rotary* pregar isso daí tudo do lixo, mas existem soluções possíveis.

O que não pode acontecer é município pequeno ficar com verba para aterro sanitário e que vai virar lixão, se não fizer consórcio, vai virar lixão. Até numa reunião da SEMA, eu brinquei que iam fazer um aterro sanitário simplificado, daí eu até brinquei que não tinha aterro sanitário simplificado, tinha um lixão sofisticado. Mas é feio. A situação é de calamidade.

Nós vemos aqui a preservação. Fala-se muito em turismo, nessas coisas. A questão do tratamento do esgoto e a questão do destino final de resíduos sólidos é uma coisa deprimente. Se vocês forem ver na minha cidade, nós estamos lutando lá, mas o município sozinho não tem agora dinheiro para fazer isso aí.

Eu quero dar essa idéia para o senhor, Deputado, para que dê condições aos municípios, mas que dê condições aos consórcios dos municípios. Inclusive, essa firma de Lille, na França, e de Arezzo, na Itália, eles que tocam lá, eles que fazem o gerenciamento lá de resíduos sólidos, propuseram-se, se nós quisermos, a vir aqui, orientar, dar palestras a esse respeito sobre gestão de resíduos sólidos. Então, eu vou ficar aqui para ouvir para aprender alguma coisa sobre

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

isso. Mas é isso aí. Há soluções lá, a lona para impermeabilizar esse aterro sanitário, pois a máquina tem que caminhar em cima. Então, em cima da lona vão todos esses pneus para proteger, para a máquina andar em cima para compactar aquilo. Então, eu tenho todo esse material lá. Se alguém quiser ver. Mas alguma coisa tem que começar a ser feita. Eu parabeno o Deputado por isso, a Assembléia Legislativa por isso. E vamos ouvir para aprender um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Prefeito.

Eu pergunto ao Dr. Leonardo, da Comissão de Meio Ambiente da OAB, se ele quer fazer uso da palavra. Depois.

O Dr. Eduardo disse que tem uma apresentação a fazer. Nós vamos pedir ao senhor que a faça para que nós possamos, já estamos tendo inscrições - abrir aqui a fala... Se quiserem sentar na platéia seria o ideal.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Vou começar pela nossa equipe, no *slide* anterior. Coordenaria de Gestão de Resíduos Sólidos. Nós temos duas gerências dentro dessa Coordenadoria, que é a Gerência de Resíduos Sólidos Urbanos e Hospitalares e a Gerência de Resíduos Agrícolas e Industriais. Temos também um engenheiro civil sanitaria, uma agente ambiental e uma estagiária, no âmbito da nossa Coordenadoria.

Nós vamos apresentar aqui um diagnóstico sobre a situação da política de gestão de resíduos sólidos do Estado de Mato Grosso.

Essa aqui é uma ligeira introdução sobre a situação. Mato Grosso é um Estado eminentemente agrícola, cuja balança comercial do país depende dessa produtividade agrícola e com isso produz também grande quantidade de resíduos agrícolas.

Hoje, o objetivo estratégico do Governo é atingir o terceiro ciclo de desenvolvimento, que seria a agroindustrialização, até para agregar valor à produção. Mas, com a agroindustrialização, com certeza, nós vamos gerar outros tipos de resíduos, resíduos industriais, porque é importante estarmos trabalhando - como coloquei anteriormente - com a redução da geração de resíduos ou sistemas mais eficientes de tratamento de resíduos.

Temos três biomas em Mato Grosso, todos sabem: Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica, e o grande desafio do processo de desenvolvimento do Estado e do País é tentar compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, o que é considerado o capital natural, que é a base do desenvolvimento de qualquer Nação ou Estado.

Nós temos instrumentos legais que criaram a SEMA e a Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos. Em junho de 2005, pós Operação Curupira, houve necessidade de fazer toda a reestrutura do órgão ambiental. Com a posse do Secretário Marcos Machado houve toda uma reestruturação do organograma da SEMA, inclusive do ponto de vista legal, institucional. Houve então, a publicação da Lei Complementar nº 214 que criou oficialmente a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e o Decreto nº 6.721 que criou o novo organograma da SEMA. Dentro do organograma, foi criada a Coordenadoria de Gestão e Resíduos Sólidos. Outro instrumento, nós temos o Código Ambiental do Estado, de 21/11/95, que foi retificado; a política estadual de resíduos sólidos, e nós vamos focar, inclusive nessa apresentação, alguns artigos que criam a responsabilidade dos geradores de resíduos em relação ao gerenciamento deles; a Lei nº. 7.862/02, e também nós temos roteiros técnicos específicos que foram criados, inclusive de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

O licenciamento ambiental de aterros sanitários está previsto na Resolução do CONAMA nº 237 e no Código Ambiental do Estado de Mato Grosso. Hoje o modelo atual, vigente, que nós estamos mudando, é apenas licenciar o destino final dos resíduos sólidos. Não se concebia

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

uma política para a coleta seletiva, um tratamento ou mesmo para evitar uma geração significativa de resíduos. Então, dentro desse modelo histórico nós temos um procedimento que é da licença prévia, licença de instalação e licença de operação, e antes os municípios requerem a SEMA uma vistoria para avaliar se o local que desejam implantar o aterro sanitário é adequado do ponto de vista do meio físico, do meio biótico e socioeconômico.

Mato Grosso tem área total de 901.000km<sup>2</sup>, população de 2.800.000, 141 municípios e densidade demográfica bem pequena de 2,78. Foi realizada uma pesquisa nacional de saneamento do IBGE onde nós constatamos que os domicílios atendidos em Mato Grosso, isso em 2000, com a coleta do lixo era de 82,3%. Desses a disposição em lixão chegava a 72,6%. Isso porque na época, em 2000, nós já tínhamos em torno de 27,4% de municípios que destinavam os seus resíduos adequadamente em aterros sanitários.

Esse gráfico aqui mostra a concentração urbana que houve em Mato Grosso na década de 60, 90 a 2000. Uma concentração urbana cada vez maior, o que quer dizer uma maior geração de resíduos urbanos.

A divisão geopolítica do Estado. Aí nós temos a relação dos aterros sanitários e lixões, onde percebemos a predominância dos lixões em torno de 72,6% e aterro sanitário 27,4%. É importante colocar que esse quadro já está mudando. Já houve o licenciamento de novos aterros sanitários. E nós estamos trabalhando com outro viés de estar incentivando os pequenos municípios a estarem investindo em unidades de triagem, compostagem e aterros simplificados. É um modelo que mais lá na frente vamos abordar com mais profundidade.

Essa é a relação da população atendida dos municípios que possuem aterros sanitários: Cuiabá, Tangará da Serra, Cotriguaçu e Jauru. A maior parte, em azul, é que dispõe de lixões. É importante colocar que Alta Floresta foi o município que recebeu recentemente uma licença de operação. Está mudando, passando a ser cinco municípios com aterros sanitários.

Aqui é uma estratificação que nós fizemos para se ter visão. Se for para definir prioridades em nível de viabilizar uma destinação adequada de resíduos, seria preciso definir, então, que quadro nós encontramos em termos de estratificação populacional. E nós fizemos, então, mostrando que hoje, em 2002, em 2000, quando tínhamos esses dados, os municípios com menos de dez mil habitantes representavam trezentos cinquenta nove mil habitantes na sua totalidade, com um percentual de 14,4% na população total do Estado de Mato Grosso. Entre dez mil e trinta cinco mil, seriam os municípios que teriam oitocentos vinte mil habitantes, em 2000, perfazendo um percentual 32,8% e maior que trinta cinco mil habitantes, que teria uma população de um milhão, trezentos vinte e três mil, que teria 52,9% do percentual da população total do Estado.

Colocamos aqui algumas observações sobre coleta seletiva e reciclagem. Primavera do Leste é um município hoje que desenvolve um programa de coleta coletiva municipal. Cuiabá, além de ter um aterro sanitário, trabalha também. Existe uma usina de triagem e compostagem, embora esteja trabalhando de forma deficiente. Não chega a 25%. Do lixo que chega ao aterro sanitário de Cuiabá, em torno de 25%, apenas, que efetivamente passa por uma triagem e reciclagem. Existem hoje no Estado de Mato Grosso 38 empresas de reciclagem, incluindo postos e centrais de recebimento de embalagens de agrotóxicos.

E um momento histórico agora em 2006, em março, nós tivemos a liberação da licença de operação do primeiro aterro industrial de Cuiabá, do grupo, inclusive têm representante deles aqui no auditório, porque é um fato histórico que até então, neste Estado de Mato Grosso, os resíduos industriais eram dispersos, não se tinha uma destinação adequada. Agora não, agora nós

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

podemos assegurar, podemos dizer que existe um aterro industrial e que é possível destinar adequadamente tais resíduos.

Os critérios adotados para licenciamento de aterro sanitário.

Nós temos alguns critérios. O Ministério Público, por exemplo, tem estimulado os municípios para erradicar os lixões, fazendo termos de ajustamento de conduta. Nós definimos prazos a partir do momento em que os municípios são notificados. Para mudar essa situação de lixões, eles são notificados, os técnicos da SEMA vão e notificam, mas aí eu vou provar mais na frente que isso não basta, usar os instrumentos de comando e controle, é preciso inovar em termos de instrumento.

Por isso, Sr. Deputado Zeca D'Ávila e platéia presente, é importante essa audiência no sentido de mostrar que se nós continuarmos insistindo com esses instrumentos de comando e controle, de apenas estar notificando os municípios, não resolve. No cenário histórico mostrou isso, é preciso inovar, levar aos municípios instrumentos inovadores e também alternativos, como mais na frente nós vamos colocar aqui.

É importante colocar que os municípios que produzem mais de cem toneladas/dia têm que ser elaborado um EIA/RIMA, isso é uma Resolução do CONSEMA 003/2000.

E para o licenciamento exige a elaboração de um projeto executivo que tem que seguir um roteiro técnico, elaborado pela SEMA.

Tanto para licença prévia como para licença de instalação como para licença de operação, os técnicos contratados pelas prefeituras têm que seguir um roteiro técnico da SEMA.

E nós temos tentado desburocratizar, simplificar esses roteiros o quanto possível, contanto que não venha a prejudicar o meio ambiente também. Nós temos que conciliar os interesses dos municípios, ajudá-los no que for possível para viabilizar uma política ideal de gestão de resíduos sólidos, mas, ao mesmo tempo, é o nosso dever, enquanto órgão ambiental, proteger o recurso do solo, os aquíferos subterrâneos e, inclusive, até manter esses estoques de capital natural para as futuras gerações. Não podemos ser os irresponsáveis de apenas adotar um modelo de desenvolvimento que vai pensar em resolver o problema de imediato, a curto prazo. Nós temos que pensar a médio e longo prazo também.

Aqui são as licenças expedidas, para os senhores terem uma idéia da quantidade de LP, LI e LO e municípios que requereram licença prévia, municípios que requereram vistoria diária e municípios que estão tentando se adequar a essa situação. Como eu coloquei, existem apenas 04 municípios que têm, agora são 05 municípios que têm a LO, que é a Licença de Operação, que dá direito a destinar os resíduos em um local adequado, que seria o aterro sanitário.

Licença Prévia quer dizer os municípios que requereram, que têm licença para construir o aterro em um determinado local. Licença Prévia dá autorização no sentido de dizer: aquele local é adequado. Ele apresenta as condições do meio físico, biótico, socioeconômico ideal. Treze municípios têm essa licença prévia. Não vou listar aqui porque senão toma muito tempo.

Onze municípios sem a licença de instalação. Licença de Instalação é o quê? O município que já pode começar a construir, a implantar o aterro sanitário. E a Licença de Operação, como coloquei, são 05 municípios que já existem operando o aterro sanitário. Isso não quer dizer que estão operando adequadamente. Nós estamos monitorando. Nós constatamos recentemente que o próprio aterro sanitário de Cuiabá não está operando adequadamente. Fomos lá, notificamos o Sr. Prefeito para fazer essa adequação. Existe um termo de ajustamento de conduta, e se a Prefeitura de Cuiabá não cumprir esse termo de ajustamento de conduta, nós vamos agir, inclusive no sentido de cassar a Licença de Operação. Isso é um compromisso, não é da Coordenadoria de Resíduos Sólidos,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

é do Secretário, é do Governador, de tentar erradicar os lixões, é um projeto estratégico que mais tarde nós vamos poder explicar isso aí.

Aqui nós temos os municípios que requereram a Licença Prévia. Ou seja, eles não têm a Licença Prévia ainda. Eles entraram com ofício junto à SEMA, são 14 municípios. Outros municípios entraram com ofício para escolher a área, ainda no estágio inicial. O primeiro passo do município quando vai ao órgão ambiental para tentar resolver o lixão, é o quê? Entrar com um ofício solicitando que uma equipe técnica da SEMA vá ao município e escolha a área, se a área tem aptidão e os critérios técnicos necessários para se implantar o aterro.

E também nós temos uma política de estimular os consórcios intermunicipais. Já fizemos inclusive várias reuniões. Fizemos reunião com os Prefeitos de Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Dom Aquino, para discutir um consórcio municipal naquela região. Tivemos a oportunidade de ir a Barra do Garças, conversar com o Prefeito de Barra do Garças, de Pontal do Araguaia, inclusive de Aragarças, no sentido de fazer ali também, estimular um consórcio intermunicipal. Estamos avançando. Isso não se resolve... É ilusão pensar que vamos erradicar os lixões de um dia para outro. Agora, que o Governo, que a Secretaria de Meio Ambiente, que nós estamos empenhados nisso, determinados nisso, estamos! Então, nós estamos estimulando os municípios, inclusive, Cuiabá e Várzea Grande, a se entenderem. Cuiabá tem o aterro sanitário, mas não funciona adequadamente; e Várzea Grande tem o lixão. Várzea Grande é um município de grande porte para Mato Grosso. Não sei se tem alguém do Município de Várzea Grande, mas nós já estivemos negociando com o Município de Várzea Grande, insistentemente, já estivemos com o Prefeito de Várzea Grande, com o Secretário Municipal de Serviços Urbanos e estamos ultimando o Município de Várzea Grande a tomar uma providência, uma ação concreta. Um município com o porte de Várzea Grande não dá para continuar empurrando com a barriga para resolver essa situação de resíduos sólidos.

Da Política Estadual de Resíduos Sólidos nós vamos começar a falar agora. É esse material que foi distribuído para vocês. Está em fase de regulamentação essa política. É importante nós colocarmos, primeiro, o contexto histórico, para vocês entenderem como é que está o nível da regulamentação dessa Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Em 16 de julho de 2004, foi repassada para a Casa Civil uma Minuta de Decreto de Regulamentação dessa Lei nº 7.862, de 19.12.02. E, então, a Casa Civil remeteu para a Procuradoria-Geral do Estado para fazer um Parecer técnico. Esse Parecer foi elaborado pelo Procurador Patryck de Araújo, em 26 de agosto de 2004, e recomenda a aprovação parcial daquela Minuta de Decreto. Faz, inclusive, algumas recomendações de revisão no art. 7º, além da supressão dos §§ 1º e 2º do art. 6º. No dia 24 de novembro de 2004, a Procuradoria remeteu à, então, FEMA o Parecer da Procuradoria-Geral para uma análise e para ultimar a regulamentação. Em 18 de abril deste ano foi encaminhado, finalmente, para a nossa Coordenadoria, e nós estamos em fase de análise, a nossa equipe técnica, dessa regulamentação.

Eu acho importante também essa audiência pública no sentido de abirmos para toda a população, a comunidade, as entidades organizadas aqui presentes, pessoas representativas da sociedade opinarem também, porque é uma lei que vai atingir a todos: os geradores de resíduos e a sociedade como um todo.

Então, essa audiência pública eu vejo como um primeiro passo, Deputado, no sentido da gente abrir uma grande discussão para regulamentação da Política Estadual de Resíduos Sólidos, para que ela seja, de fato, discutida amplamente no seio da comunidade e possa ser aplicada, numa forma da gente mudar esse cenário dos lixões e trabalhar em conjunto com a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

sociedade civil, com os municípios, defendendo políticas mais amplas para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos.

Agora eu vou detalhar alguns artigos, porque eu acho importante trazer aqui para essa audiência pública.

O art. 7º da Política Estadual de Resíduos Sólidos propõe a implantação de um sistema estadual de informações de resíduos sólidos.

O art. 10 versa que as entidades estaduais, os órgãos da administração pública e, também, hospitais e clínicas deverão separar qualitativamente os resíduos sólidos. É responsabilidade tanto dos órgãos públicos, como das empresas privadas.

O art. 12 versa sobre a exigência dos planos de gerenciamento dos resíduos sólidos. O que são os planos de gerenciamento dos resíduos sólidos? Nada mais é do que você trabalhar de uma forma mais ampla a gestão de resíduos sólidos. Não é só esse modelo de licenciar o destino final do resíduo, mas trabalhar na geração, na fonte, minimizando a quantidade de resíduos, trabalhando com coletas seletivas e fazendo também o tratamento de resíduos através de compostagem e de outros tratamentos que nós vamos colocar mais adiante.

O art. 17 versa que a separação, o acondicionamento e a identificação de resíduo de serviço de saúde deverão ser feitos no local de origem, ou seja, os hospitais, as clínicas, as farmácias têm, a partir da regulamentação dessa lei, a obrigatoriedade de fazer o acondicionamento e a destinação adequada desses resíduos.

O art. 28º versa que os resíduos de agrotóxicos e afins vendidos proibidos ou apreendidos deverão ser recolhidos pelos fabricantes, representantes e importadoras para proceder o seu tratamento e a sua disposição, respeitadas as normas estabelecidas na sua legislação pertinente.

É importante colocar que dentro do contexto das embalagens dos agrotóxicos já há um avanço maior em relação à coleta e à destinação final. Existem postos e centrais de tríplice lavagem hoje no Estado. Se não me engano, em torno de 14 ou 15 fazem a coleta das embalagens dos agrotóxicos das propriedades rurais, depois fazem a tríplice lavagem e, por fim, são enviadas as embalagens para reciclagem para São Paulo e outros centros.

O art. 32 versa que caberá aos responsáveis pelos terminais de transportes o gerenciamento integrado de resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

O art. 33 versa a respeito dos resíduos radioativos que deverão obedecer às exigências do conselho da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esses hospitais que usam esses materiais deverão dar uma destinação adequada para esse tipo de material.

E o art. 34 versa a respeito dos chamados resíduos especiais: lâmpadas, pilhas, baterias e produtos eletroeletrônicos que contenham integrados em sua estrutura de forma não removível. Em locais impróprios e não autorizados, deverão também destinar e fazer o gerenciamento desse tipo de resíduo.

O art. 38, coloca a respeito das produtoras e distribuidoras que são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada de embalagens não retornáveis utilizadas para comercialização de seus produtos. Aí entra a questão dos supermercados.

O art. 41 versa que as empresas fabricantes ou importadoras de pneus são responsáveis pela coleta, reciclagem, reprocessamento, tratamento e disposição final.

Nós estamos hoje, na SEMA, em fase de levantamento das empresas de pneumáticos, tanto os revendedores, como aqueles que utilizam para outros fins os pneus, as recauchutadoras. Nós estamos na fase de levantamento. A partir do momento que tivermos esse levantamento, poderemos definir uma política concreta para esse setor, baseado na nossa política

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

estadual de resíduos sólidos, esse art. 41.

Conforme o art. 42, fica proibido no Estado de Mato Grosso o descarte de óleos fabricantes, lubrificantes e assemelhados em locais impróprios e não autorizados para outros fins.

Antes da regulamentação dessa lei nós tínhamos conversado bastante com o SINDEPETRÓLEO. Nós tivemos várias reuniões com eles no sentido de elaborar um plano de gerenciamento para todos os postos de combustíveis de Cuiabá e de Várzea Grande, inicialmente, para depois atingirmos o Estado, no sentido de dar uma destinação final. Como todos os senhores sabem, os postos de combustíveis geram muito óleo usado, aquelas caixas de tratamento se misturam com areia. E a esse material, infelizmente, até hoje nós não tínhamos nenhuma política, nenhuma orientação governamental do que fazer com isso. Agora não. Nós estamos tratando diretamente com esses geradores, com o SINDEPETRÓLEO, para elaborarmos um plano de gerenciamento e, a partir de então, destinar adequadamente esse tipo de resíduo.

A Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos tem também ultimado esforços no sentido de... Porque ninguém faz nada sozinho. Nós temos nos reunido com a Associação Mato-grossense dos Municípios, com a Federação das Indústrias, com a Federação da Agricultura, com diversas Secretarias do Estado e com a sociedade civil no sentido de definirmos uma política para cada tipo de resíduos. E para isso nós criamos Grupos de Trabalho para implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduo de Serviço de Saúde, diretamente com a Secretaria de Estado de Saúde; Grupo de Trabalho para elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido para a Regional de Saúde de Cuiabá, que envolve treze municípios. Essa é uma determinação pessoal do Secretário Marcos Machado, no sentido da SEMA e da Secretaria de Estado de Saúde compartilharem políticas conjuntas de destinação e gerenciamento de resíduos sólidos. Então, o primeiro passo nesse sentido foi nos unirmos à Regional de Saúde de Cuiabá. Depois, no passo seguinte, estaremos reunidos com as gerências regionais de saúde de várias regiões do Estado para, então, implementarmos os planos de gerenciamento de resíduos, de serviços de saúde e outros, inclusive trabalharemos também o viés social, as pessoas...

O Deputado foi muito feliz em mostrar aquele vídeo, mas nós sabemos que existem muitas pessoas que sobrevivem dos lixões em Mato Grosso. Isso é trágico, porque está vivendo diretamente em um ambiente exposto a contrair enfermidades.

Então, com isso, a própria regional de saúde de Cuiabá e a SEMA, através da nossa coordenadoria, estaremos tratando essas pessoas, primeiro, nesses três municípios para depois irradiarmos para todo o Estado políticas de integração social dessas pessoas. Vamos trabalhar com a destinação final, com a reciclagem e compostagem, mas também com o ser humano que está exposto a esse ambiente totalmente insalubre.

Temos um outro grupo de trabalho de gestão de resíduos de madeira, que é uma questão muito preocupante. Quem conhece a região norte do Estado sabe o volume gigantesco de resíduos, pó de serra, aparas, nos próprios pátios das indústrias. Tradicionalmente, qual era o comportamento do órgão ambiental? Era notificar as indústrias de madeira para dar uma solução para isso.

Invertemos os papéis agora. Criamos um grupo de trabalho, envolvendo Federação das Indústrias de Mato Grosso, Faculdade de Engenharia Florestal da UFMT, Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Secretaria de Desenvolvimento Rural, para definirmos uma política de aproveitamento desses resíduos de madeira e de redução da quantidade de resíduos de madeira no processo industrial. Isso é produção mais limpa. Isso é fundamental.

O outro grupo de trabalho seria para elaboração de aterro sanitário simplificado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Quando o Prefeito de São José dos Quatro Marcos fez a colocação a respeito de um modelo de compostagem e tal... Prefeito, nós temos uma boa notícia. Nós estivemos em Minas Gerais há quinze dias, conhecemos o modelo da Universidade Federal de Viçosa, através do Professor João Tinoco. Tivemos a oportunidade de conhecer *in loco* o modelo de unidade de triagem, compostagem e aterro simplificado para município de pequeno porte. Visitamos, inclusive, um município de dez mil habitantes lá em Minas Gerais. Hoje, já existem mais de cem municípios em Minas Gerais que adotaram esse modelo.

Então, tão logo retornamos dessa viagem, eu enviei um relatório para o Secretário, e ele já está tomando providências no sentido de estarmos estimulando, através de seminários nas regiões pólos do Estado de Mato Grosso, os municípios de pequeno porte que não têm recursos. Os municípios, hoje, em geral, estão falidos. Então, é importante que haja a parceria Governo do Estado e município para propor políticas alternativas. E nós vamos propor políticas alternativas para acabar com os lixões, através desse modelo, de triagem, compostagem, reciclagem e aterro simplificado. Não aquele aterro sanitário sofisticado, que requer 500 mil, 1 milhão para o município implantar. Não! Com recurso bem menor é possível se fazer o tratamento e ganhar dinheiro inclusive com isso, através dos materiais recicláveis.

Então, em breve, nós vamos realizar esse seminário. E tenho certeza de que pode ser a solução de São José dos Quatro Marcos e de outros municípios que nós sabemos que estão nessa busca incessante de um modelo alternativo para acabar com os lixões nos seus municípios.

Um outro grupo de trabalho é o P2R2 relacionado a produtos químicos.

Esse é um grupo de trabalho gerenciado, na verdade, pela Defesa Civil, mas que nós estamos apoiando, integrando, no sentido de dar uma destinação adequada aos produtos químicos gerados, transportados e que acabam causando acidentes. É uma preocupação grande também.

Temos um outro grupo de trabalho de gestão de resíduos de construção civil.

O Município de Cuiabá realizou agora um recente trabalho no sentido de criar ecopontos. Mas independente do que o modelo de Cuiabá vai implementar, nós já tínhamos a idéia, enquanto Governo do Estado, de definir uma política de resíduos de construção civil para os municípios de grande porte do Estado de Mato Grosso, que geram grande quantidade desse tipo de resíduo.

Também agora recentemente fomos convidados para participar, através da Presidência da Assembléia Legislativa, de um grupo de trabalho de aproveitamento de resíduos vegetais. É uma Câmara Temática Setorial, coordenada pelo José Lacerda, a qual já estamos integrados e já estamos elaborando inclusive estudo, não só em relação à... Eu coloquei para ele, na oportunidade, que nós já temos o grupo de trabalho de resíduo de madeira, mas há o bagaço de cana e outros mais que têm inclusive fins energéticos que podem ser aproveitados de outras formas.

Nós temos algumas ações estratégicas além desses grupos de trabalho no âmbito da nossa coordenadoria, que é o inventário dos resíduos sólidos dos municípios.

Em fevereiro, elaboramos um questionário com 16 perguntas. Nada muito complicado para os Prefeitos e Secretários entenderem. 50% dos municípios já enviaram para nós. Então, com esses dados, inclusive uma das perguntas é sobre as coordenadas geográficas dos lixões, nós vamos poder fazer um banco de dados e georreferenciar as áreas de lixões no Estado de Mato Grosso, porque nós não temos essas informações.

Também estamos buscando atualizar o inventário de resíduos industriais, que foi feito em 2002, através do recurso do PNA 2, mas pegou uma amostragem não muito significativa,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

muito pequena de determinados tipos de empreendimentos por tipologia. Então, achamos necessário e fundamental atualizar esse inventário de resíduos industriais, até porque agora com um aterro industrial em Cuiabá, tem como nós fazermos o monitoramento, pela quantidade dos resíduos industriais que são gerados nas indústrias, para onde que estão indo. Se não estão indo para o aterro industrial de Cuiabá, estão indo para algum local. E aí nós vamos querer saber para onde que estão indo.

Revisão do ICMS Ecológico, com reinserção do saneamento ambiental. Aí, eu faço um pedido ao Deputado Zeca D'Ávila, no sentido de encaminhar uma proposta de revisão desse ICMS Ecológico.

No projeto original, que foi do então Deputado Estadual Gilney Viana, ele propunha um percentual do ICMS arrecadado para os municípios que tinham unidade de conservação e os municípios que tinham aterro sanitário e saneamento, esgotamento sanitário também. Mas aí houve uma proposta, ninguém sabe como surgiu, de alguém que fez uma retificação e excluiu o saneamento ambiental do ICMS Ecológico. E aí ficaram apenas os municípios que têm unidade de conservação. Ora, se nós estamos tentando estimular os municípios a investir numa destinação adequada dos resíduos, coleta seletiva e tratamento, é importante nós também estarmos induzindo isso com instrumentos econômicos. E o ICMS Ecológico é um instrumento econômico hoje disponível. Basta que haja alguém aqui da Assembléia - e contamos com a sensibilidade do Deputado - para intervir nesse processo e a gente buscar novamente dentro do contexto do ICMS Ecológico incluir essa questão do saneamento e do aterro sanitário.

A SEMA começou também a fazer o licenciamento ambiental de cemitérios. Alguém pode dizer: "Mas, cemitérios!". Sim! Os cemitérios são altamente impactantes. Os dejetos produzidos no cemitério são de uma gravidade bem maior até que dos aterros sanitários, por incrível que pareça.

Então, nós estamos preocupados com isso, temos trabalhado no sentido de orientar os municípios a elaborarem seus projetos, adequarem... Aqueles que não têm o cemitério, que busquem mudar de localização, atentarem para os critérios técnicos necessários para implantar esses cemitérios.

Também, como já colocamos, nós temos estimulado a criação de consórcios intermunicipais de gestão de resíduos sólidos.

A regulamentação da política estadual de resíduos sólidos, como já colocamos, existe um programa que a SEMA amanhã, possivelmente, deverá estar lançando, ou nos próximos dias, *Ambiente Saudável*. Dentro desse programa *Ambiente Saudável*, nós temos um projeto de coleta seletiva para os órgãos públicos do Governo do Estado. Nós sabemos que aqui na Assembléia Legislativa já existe um projeto de coleta seletiva, até de autoria do próprio Deputado. Pensando nisso, nós temos também essa proposta de um projeto para irradiarmos em todos os órgãos públicos. Porque é importante darmos o exemplo também. Não é só pedir, solicitar ao município. Mas nós enquanto gestores governamentais temos que dar o exemplo. E, com isso, existe um projeto e devemos estar lançando em breve esse projeto de coleta seletiva.

Fórum Estadual de Produção Mais Limpa, envolvendo vinte instituições, porque não adianta nós estarmos trabalhando apenas em como contornar, tratar e destinar os resíduos. Dentro desse novo foco de produção mais limpa que surgiu recentemente no Brasil, a SEMA, o Governo do Estado de Mato Grosso tem ido à frente. Hoje, o primeiro Fórum Estadual de Produção Mais Limpa no Brasil está sendo aqui em Mato Grosso. Tivemos ontem, segunda-feira, terça-feira e quarta-feira um curso de capacitação em produção mais limpa para essas vinte instituições que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

fazem parte: FAMATO, FIEMT, FECOMÉRCIO, Secretarias diversas do Estado, sociedade civil, um curso de capacitação em produção mais limpa, também o primeiro do Brasil. Porque o Ministério do Meio Ambiente é que está com essa política de estimular a criação de fórum estadual de produção mais limpa. E Mato Grosso saiu na frente nesse processo.

Pretendemos realizar o 1º Seminário Estadual de Resíduos Sólidos, de 23 a 25 de maio, que vai ser em paralelo ao *Forest* - Encontro Internacional de Floresta. E vamos trazer nesse seminário de resíduos sólidos, palestrantes, conferencistas, debatedores de renome nacional, e aí eu quero fazer um convite a todos para prestigiarem esse evento que vai ser o I Seminário de Resíduo Sólidos. Por incrível que pareça, 258 anos de História de Mato Grosso, mas vai ser o primeiro evento para tratar, especificamente, de resíduos sólidos.

Inserir o modelo tecnológico da Universidade Federal de Viçosa, de disseminar a unidade de triagem, compostagem e aterro simplificado, como eu já coloquei, é preciso darmos uma alternativa aos municípios de pequeno porte do Estado de Mato Grosso. Nós não podemos nos conformar com a situação como o Deputado passou aqui nesse vídeo. O senhor pode ter certeza, Deputado, nós temos dia e noite, vinte e quatro horas por dia, desde que assumimos essa Coordenadoria, a partir da indicação do Secretário Marcos Machado, tentando mudar esse cenário. A solução não é simplista e não vamos resolver isso com denúncia. Nós vamos resolver isso com políticas públicas concretas e diversas, trabalhando na fonte com os municípios, com a sociedade civil. Mas trabalhando também com a questão da educação ambiental, trabalhando com mobilização social, trabalhando com as pessoas que sobrevivem do lixo.

Mas, de qualquer maneira, esse debate é importantíssimo nesse sentido, para tornar público e colocar como prioridade da pauta do dia da discussão da sociedade civil e da Assembléia Legislativa, que é o grande eco, que ressoa todas as demandas sociais, econômicas e políticas do Estado. É o ambiente fundamental e importante para se debater esse assunto.

E dentro das nossas propostas de estratégias, de ações para a nossa Coordenadoria, nós elaboramos um projeto de erradicação dos lixões de Mato Grosso. Esse projeto está em análise. Eu não sei se terei tempo para expô-lo. Nós vamos tentar.

O projeto de erradicação dos lixões de Mato Grosso é um projeto que visa não só estar trabalhando com uma disposição alternativa de resíduos sólidos, mas também buscar a implementação de programas de coleta seletiva e tratamento, através de compostagem dos resíduos sólidos. E, também, para a questão do consumo e produção da sociedade civil.

Nós temos como meta desse projeto o fim, a erradicação dos lixões. Pretendemos, até 2008, pelo menos, ter 80% dos resíduos sólidos urbanos gerados em Mato Grosso em sistema técnico adequado de destinação.

Aqui são conceitos. Lixão é a forma inadequada de exposição final. E o aterro é a disposição final do lixo para confinamento dos resíduos e camadas cobertas por material inerte. Tem todo um projeto de sistema de drenagem de gases, tratamento de chorume.

Para nós, o princípio básico fundamental é que o lixo, o município que possui lixo a céu aberto está descumprindo a legislação ambiental. Esse é um princípio básico, fundamental.

Nesse projeto de erradicação dos lixões nós estamos buscando a validade jurídica, através de uma instrução normativa, que está em análise pela assessoria jurídica da SEMA. Através dessa instrução normativa nós vamos determinar o grupo dos municípios, o porte dos municípios onde vamos atuar, a implementação de medidas para minimizar os impactos ambientais. Essas medidas para minimizar os impactos ambientais dos lixões são para todos os municípios. São essas medidas: dispor o lixão em local com solo, rocha, de baixa permeabilidade - são aspectos técnicos;

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

implantar sistema de drenagem pluvial em todo terreno para reduzir o ingresso das águas de chuva na massa de lixo aterrado; compactar e recobrir o lixo com terra ou entulho no mínimo três vezes por semana; isolar com cerca complementada por arbustos, árvores que contribuam para dificultar o acesso de pessoas e animais; proibir a permanência de pessoas no local de disposição final de lixo para fins de catação, devendo o município criar alternativas técnicas sanitárias e ambientalmente adequadas.

Então, essas medidas não são passíveis de licenciamento ambiental, mas vão ser exigidas até que seja implantado, no município, o sistema tecnicamente adequado, ou seja, o aterro sanitário simplificado, com unidade de triagem e compostagem para os municípios de pequeno porte, que nós consideramos até vinte mil habitantes ou o aterro sanitário convencional para municípios de médio e grande porte aqui no Estado.

Essas medidas técnicas emergenciais vão ter um prazo para serem implementadas de seis meses para minimizar os impactos ambientais nos lixões.

O licenciamento ambiental.

Para os municípios com população superior a vinte mil, a SEMA deve determinar, através de instrução normativa, a implantação do aterro sanitário convencional, como já coloquei, aquelas três etapas: prévia instalação e operação. Recomendando, antes da licença prévia, fazer a vistoria para a escolha da área e colocando, como modelo tecnológico para esses municípios até vinte mil habitantes, a elaboração do projeto de unidade de triagem, compostagem e aterro simplificado. E, para isso, nós vamos até os municípios, nas regiões pólos, para divulgar como que é feito esse projeto, implementada essa proposta técnica.

A adoção das medidas cautelares, num prazo de noventa dias, não será passível de licenciamento ambiental, e são exigidas até que seja implantado no município o sistema tecnicamente adequado - isso já colocamos.

Para comprovação da adoção das medidas deve ser apresentado o relatório técnico, o prazo da apresentação do projeto de unidade de triagem e compostagem até o simplificado é de 180 dias.

O prazo para formalização na SEMA, dos processos de Licença Prévia, instalação para os municípios de médio e grande porte acima de vinte mil, deverá ser de cento e oitenta dias. Pretendemos notificar os municípios a cumprir os prazos dessa instrução normativa e realizar os seminários para divulgar o modelo tecnológico de como implantar essa unidade de triagem e compostagem.

Pretendemos realizar 16 seminários de resíduos sólidos nesses municípios.

Como eu coloquei, esse projeto de erradicação de lixões nós trouxemos porque o Deputado sugeriu: “Eduardo, apresente aí para nós!”, mas é um projeto que está sendo analisado ainda pela assessoria jurídica da SEMA e encaminhado pelo nosso Secretário de Meio Ambiente para as providências cabíveis.

Então, nós traremos o Prof. João Tinoco para falar sobre a unidade de triagem e compostagem, programa de coleta seletiva nos municípios.

Era isso!

O meu nome é Eduardo Figueiredo Abreu. Estou Coordenador de Gestão de Resíduos Sólidos. O nosso telefone é 3613-7302, o nosso e-mail é [efabreu@sema.mt.gov.br](mailto:efabreu@sema.mt.gov.br).

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Podemos retornar à mesa (PAUSA).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu quero parabenizar o Sr. Eduardo pela sua exposição e dizer da minha preocupação, apesar do senhor ter dito da burocracia, de procurar simplificar bastante, obedecendo as técnicas, evidentemente, mas às vezes a burocracia é muito maior do que a necessidade urgente e urgentíssima de começarmos a dar solução ao problema.

Na ordem de inscrição, que nós temos aqui, eu gostaria de ouvir...

E eu vou pedir que nós mantenhamos os 10 minutos de cada palestrante, de cada pessoa que for usar a palavra...

Vamos ouvir o Sr. José Roberto. Ele tem o primeiro aterro industrial aqui em Mato Grosso.

Eu gostaria que ele falasse sobre o assunto para nós.

O SR. JOSÉ ROBERTO - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar pelo excelente trabalho, pela explanação do Sr. Eduardo e de toda equipe, cumprimentar o Deputado por coordenar esse trabalho tão importante para o nosso Estado. E, quero dizer que esse trabalho que nós estamos desenvolvendo, esse entendimento, já tem três anos que estamos nesse processo. Ele começou com um trabalho junto com a FEMA, no ano de 2002, quando nós fizemos um trabalho em parceria com a FEMA, cadastramos e fizemos o inventário de todos os resíduos sólidos, uma parte dos resíduos sólidos do Estado, resíduos industriais a partir desse levantamento. Primeiro, nós ficamos bastante preocupados também com o volume de resíduos que estava sem destinação, e isso nos chamou atenção para o empreendimento que estamos desenvolvendo até então. O empreendimento vai permitir o gerenciamento de resíduos sólidos em nível industrial na classe I - perigoso, com disposição provisória, temporária para posterior destinação final. Ele prevê o recebimento de resíduos da classe II, que são os resíduos domiciliares e industriais dentro dessa faixa de classe definida pelo CONAMA. E também poderá receber resíduos da classe III, que são os resíduos da construção civil, etc, etc. Esse empreendimento está na fase final de implantação. Nós já temos a LO - licença de operação, estão faltando alguns detalhes construtivos, e acreditamos que dentro de 60 dias nós já temos condições de receber.

Dentro do projeto existe uma preocupação educacional. Vamos criar um Núcleo de Programa Educacional para receber a comunidade de um modo geral para conhecer o processo de disposição de resíduos.

Existe toda uma tecnologia de segurança ambiental com o projeto. E acredito que estamos trazendo para Mato Grosso uma atividade pioneira. Nós estamos fazendo em Mato Grosso o que há de melhor na questão de recebimento de resíduos industriais. Hoje, o Estado se ressentir um pouco da questão da falta de uma legislação, de uma regulamentação, que agora está sendo implementada. Acreditamos que com essas medidas de regulamentação as indústrias, de um modo geral, porque não existe uma cultura de destinação, poderão vir a fazer os seus projetos de destinação adequados à preservação ambiental. E o nosso projeto representa, então, essa solução ambiental para o Estado.

Nós ficamos a disposição da Assembléia Legislativa, da SEMA e trabalhamos em conjunto para que em qualquer evento nós possamos desenvolver uma parceria para juntos buscarmos essas soluções ambientais de tamanha importância.

Em recente levantamento, só em Cuiabá para terem uma idéia, em um Seminário desenvolvido pela Prefeitura, foi informado que só Cuiabá gera cerca de 1.200 toneladas de resíduos diariamente. Dessas 1.200 toneladas de resíduos, 400 toneladas estão sendo destinadas ao aterro sanitário, 800 toneladas estão sendo destinadas de forma inadequada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Então, 2/3 dos resíduos gerados no Município de Cuiabá estão sem destinação adequada. Isso é bastante preocupante na medida em que os passivos ambientais estão sendo gerados de uma forma contínua e, com certeza, todo esse ônus vai caber ao Governo, mas, principalmente, à sociedade, que acaba pagando por esse custo.

Quanto aos resíduos industriais, o último levantamento parcial foi feito em 2002. Nós acreditamos que com essa ação da SEMA de realizar um novo inventário se poderá suprir a informação necessária do que o Estado está gerando hoje de resíduo industrial. Considerando que nós estamos em um período, em um ciclo de industrialização forte do Estado e esse problema de resíduo, com certeza, será mais acentuado.

Era isso que eu tinha para colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Sr. José Roberto.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu gostaria de lhe pedir, quanto houver uma oportunidade e disponibilidade, para me convidar para fazer uma visita *in loco*.

O SR. JOSÉ ROBERTO - Tudo bem. O senhor já está convidado, Deputado. Vamos marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Vamos marcar a data e o horário para que possamos ir lá.

O SR. JOSÉ ROBERTO - Na sua data, no seu horário, estaremos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado.

Passamos a palavra, ao Professor Paulo Gomes.

O SR. PAULO GOMES - Professor Paulo Gomes, da UFMT.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o nobre Deputado por essa iniciativa, que é praticamente um marco em defesa do meio ambiente, porque hoje é preciso medidas rápidas e urgentes para que isso não se torne crônico.

Em segundo lugar, eu queria também cumprimentar pela explanação das novas medidas que estão sendo propostas pela SEMA, medidas que devem ser tomadas com lei, com LI, LO, LP, que já deveriam ser tomadas.

Eu queria também dizer da minha insatisfação de ver que Mato Grosso ainda não está dentro dos programas de comitês de bacias, adotados pela 9.433, e com o prazo em 97. Já venceram cinco anos. Nós estamos na hora de dividir o Estado em bacias hidrográficas. Temos o Luiz Henrique que é nosso aluno, está lá na coordenação de recursos hídricos. Temos que montar esses comitês de bacias. Dentro do comitê de bacia, vamos dizer o rio Cuiabá, que nós temos trinta e seis municípios, trinta e quatro municípios no norte, quatro em Mato Grosso do Sul, fomentar as agências de bacias que são os consórcios, muito bem dito aí pelo nobre também Prefeito. Sem a participação do comitê, onde participam a sociedade civil, cobrando das autoridades, os prefeitos que são titulares, geralmente são titulares nos comitês, cobrando das autoridades, e também, nesse caso, o Estado participando junto nessa medida... Então, nós temos três segmentos lutando por uma coisa, e dentro dos comitês de bacias existem câmaras técnicas setoriais, entre elas a câmara técnica setorial de resíduos.

No Estado de São Paulo, eu fiz o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Mogiguaçu, cujo livro já coloquei à disposição do nobre Presidente, Deputado Silval Barbosa. Ele tem o nosso livro.

Em 2000 saiu o livro “Plano Diretor do Rio Mogiguaçu”, com trinta e oito municípios, onde já se tem metas de curto, médio e longo prazo, o que cada prefeito deve fazer com resíduos sólidos. E a CETESB, que é o órgão encarregado desse setor no Estado de São Paulo, não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

só tem que obedecer às determinações do comitê, como os prefeitos, que vão cumprir as determinações dos órgãos, não recebem recursos a partir do ano que vem. Tem mais essa.

Então, as medidas são muito duras. Por outro lado, os comitês têm uma outra função. Ele tira da mão do Governador aquela mão que distribui recursos para o prefeito. Então, para o prefeito que é meu amigo, eu pego e dou o dinheiro; para aquele que não é meu amigo, não dou o dinheiro. Nos comitês, eles recebem o dinheiro para essa finalidade. Fazem o plano diretor de recursos hídricos, aí entra o plano que o senhor colocou, o plano de resíduos sólidos. E dentro desse plano de recursos hídricos existe a dotação orçamentária, que é dividida no comitê de bacia hidrográfica.

Então, os prefeitos não têm que ficar pedindo esmola, eu digo assim, para os Governadores, para montarem os seus lixões. É hora, é uma medida, digo mais, de se colocar em Mato Grosso e seguir a Lei nº 9.433, e implantar os comitês e fazer os planos diretores para cada bacia, Cuiabá, Juruena, todas as nossas, acho que mais de 18 bacias, começando com a divisão do Estado em bacias hidrográficas, que o nosso Estado detém 16% praticamente dos recursos do Brasil em termos de recursos hídricos. É lamentável nós não estarmos nos adequando à lei federal.

Então, era isso que eu queria dizer. Eu acho que como medida, primeiro, cumprir a lei, fazer os comitês. E os consórcios poderiam trabalhar junto com as agências de bacia, que é o órgão oficial, agência de bacia, para fomentar esses recursos que poderiam advir, além das hidroelétricas que deveriam destinar recursos para esse tipo de trabalho, que hoje não se destina no Estado de Mato Grosso.

Era isso que eu queria dizer. Coloco-me à disposição na Universidade, a UFMT, nossos alunos, como fazia na Universidade de São Carlos, quando fui professor durante 15 anos, onde nossos alunos trabalhavam com os Prefeitos para fazer projetos de aterro sanitário, para fazer coleta seletiva. Então, eu acho que a finalidade da Universidade Federal é essa, colocar os nossos alunos para trabalhar com a comunidade. E nós colocamos aqui, como coordenador, agora, da UFMT, da Engenharia Sanitária Ambiental, o nosso Prefeito para trabalhar em conjunto com montagem dessa nova proposta que está implantando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Professor.

Eu fico bastante feliz com essas colocações do senhor. Mas o senhor há de entender, e eu entendo assim, e acredito que o senhor deve entender, que nós somos brasileiros: fechamos a porta sempre depois que somos roubados, estamos atrasados. E estamos atrasados mesmo, e precisamos correr contra o tempo. E isso às vezes nem sempre dá conta de correr contra o tempo. Fica mal feito, não faz bem feito, gasta-se mais, e a coisa vai. Mas nós precisamos começar. E eu acho que o senhor está certo, e é por aí que vamos começar e vamos mudar essa situação.

Com a palavra, o Sr. Paulo Modesto.

O SR. PAULO MODESTO - Boa-tarde a todos.

É uma satisfação participar desta Audiência Pública. Realmente, como já disseram anteriormente, é um espaço em que devem ser discutidas as questões e as problemáticas da gestão dos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso.

Eu fui convidado e imaginava que hoje a discussão fosse do ponto de vista de regularização da política estadual. Fiquei um pouco surpreso, porque isso não se tocou. Mas vou aproveitar o espaço para comentar algumas experiências que nós temos tido em Mato Grosso sobre a questão de resíduos. É um pouco aquilo que - Meu Deus, esqueci o nome dele, do tricolor famoso - Nelson Rodrigues dizia do Complexo do Vira-lata, buscar fora experiências e conhecimentos que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

nós temos aqui. Em todas as questões elencadas pela SEMA, eu não vi o Departamento de Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Mato Grosso.

E nós discutimos aqui desde o começo dos anos 90 a preocupação com a gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso. Foi exatamente o nosso Departamento que levantou a primeira questão sobre a solução que se pretendia para o resíduo de Cuiabá, a área de destino final de resíduos de Cuiabá, uma tecnologia alemã tida como top de linha. Na época ficamos preocupados achando que a questão do investimento, a questão dos custos operacionais e de manutenção poderiam dar problema. Ocorreram. Aquilo que foi projetado, que foi implementado, nunca funcionou. Foi um investimento de sete milhões de dólares. E acontecia um fato extremamente peculiar. O órgão ambiental, FEMA, através do POLONOROESTE, que viabilizou o recurso para a Prefeitura, achava que a Prefeitura era irresponsável por não operar o sistema. A Prefeitura, que recebeu aquela solução de pára-quedas, achava que era um presente de grego, porque não conseguia operar aquilo a contento.

Essas experiências se repetem em menor escala em vários municípios do Estado de Mato Grosso. O Prefeito de São José dos Quatro Marcos fala do projeto do aterro de Mirassol d'Oeste, que hoje é um lixão. Eu acho, Prefeito, que nunca funcionou, eu fui lá no dia da inauguração, através do Comitê de Resíduos Sólidos da FEMA, e falamos lá exatamente isso, porque nós temos uma série de projetos aprovados pelo órgão ambiental e que são frágeis do ponto de vista técnico e operacional. Essas coisas o órgão ambiental tem que repensar. Também é claro que o órgão ambiental, e aí nesse caso eu acho que o caminhamento é correto, tem que pensar soluções seguras para pequenos municípios, que não deve ter os mesmos requisitos de uma cidade de médio e grande porte, mas, entretanto, tem que ter segurança.

Então, o que eu quero dizer, para encerrar, é que nós temos experiências aqui no Estado. Um sem-número de experiências mal sucedidas, algumas interessantes do ponto de vista de aprendizagem e não temos mais o direito de errar. Nós temos que fazer, nós temos que implementar. Só para se ter uma idéia, na questão da gestão dos resíduos de serviços de saúde, há coisa de dois anos, a vigilância sanitária procurou o nosso Departamento e nós oferecemos um estudo e usamos como laboratório o hospital universitário. Foi feito todo um estudo da geração de resíduos, da classificação dos resíduos, do fluxo dos resíduos e proposta a solução para o hospital universitário. Essa solução foi implementada. Agora, este ano, a coisa de alguns meses, nós vamos fazer o diagnóstico para ver como está funcionando, e está funcionando muito bem. Por quê? Porque a vigilância sanitária queria essa experiência para implementar todo um programa de gestão no Estado. Então, nós temos sim experiências bem sucedidas aqui. E temos um sem-número de experiências que não foram bem sucedidas, mas que indicam como não mais fazer.

O Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental da Universidade se coloca à disposição. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado professor. Eu acho que, o senhor desculpa a minha colocação, mas estou vendo que o senhor é uma pessoa extremamente capacitada, porém, ao mesmo tempo, vejo também que é extremamente crítico. Eu não sei se posso lhe propor, ou posso lhe pedir, mas acredito que, mais do que lhe propor é pedir: Auxilie-nos. Chegue a nós. Chegue a SEMA, não mais FEMA. Hoje SEMA. É de fundamental importância.

Quando não convidado para algo que me interessa, eu me ofereço. E acho que nós, como bons brasileiros que somos... Ainda ontem eu discuti com uma pessoa que disse que está mudando do Brasil porque não suporta mais viver no Brasil, e eu falei para ele: Para onde você vai?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Ele falou: “Para a Coréia do Sul”. Eu falei: Olha, meu filho, de lá eu já vim. Eu estive lá, e não quero voltar nem para visitar, que dirá para morar.

E acho que nós temos - e me incluo nisso, sem ser uma crítica a sua pessoa, pois acho que isso é do brasileiro, porque, se não nos convidam, nós não vamos - que dizer: Vamos lá oferecer. Eu volto a repetir, pela sua fala, que entendi claramente. Eu não sou universitário, não estive em banco da universidade, mas entendo que o senhor é conhecedor e pode colaborar bastante.

O SR. PAULO MODESTO - Deputado, o que acontece é o seguinte: Às vezes, podemos ser mal compreendidos pelo tom da fala.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Eu não fui mal compreendido. Eu compreendi bem.

O SR. PAULO MODESTO - No meu caso. Não é nesse sentido, até porque sempre prestamos serviço, sempre trabalhamos em co-parceria.

Dessa legislação que aí está, eu fiz parte do Comitê do estudo da regulamentação. Isso há três anos. Aconteceram três ou quatro reuniões e se esfriou essa questão. Já é tarde. Nós precisamos o quanto antes trabalhar isso.

Mas na questão das experiências de gestão de resíduo sólido o que me preocupa é dizer que isso custa muito quando vemos um sem-número de Prefeituras gastando dinheiro e, por questão de orientação, fazendo mal o serviço.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Eu concordo com o senhor.

O SR. PAULO MODESTO - Às vezes não é questão de... Cuiabá recebeu o maior investimento que se já fez em resíduos sólidos neste País em relação à massa de resíduo produzida. Sete milhões de dólares, para nunca ter funcionado? É doído. Eu vejo municípios falando em investimento, em aterro sanitário, de trezentos mil, de duzentos cinquenta mil, colocando um hectare de manta, que daqui a um ano estará rachando porque ficou exposta a intempéries. Tudo por questão de deficiências técnicas de projeto. O Prefeito não tem culpa nenhuma. Ele contratou alguém, ou uma empresa, para fazer esse projeto. Então, está na hora de todas essas experiências servirem para que não erremos mais.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Concordo plenamente com o senhor.

Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, Marilu de Oliveira, eu gostaria de anunciar que esteve aqui o Deputado Sérgio Ricardo e, por motivo de compromissos assumidos fora da Casa... Ele esteve aqui, conversou comigo, pediu desculpas, disse que está também à disposição do assunto que é de suma importância.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marilu.

A SR<sup>a</sup> MARILU OLÍVIA - Boa-tarde! É Marilu Olívia. Todo mundo confunde.

Eu sou professora da UPC - Universidade Popular Comunitária. Parabenizo a Mesa, a iniciativa do Deputado.

Nós temos a preocupação também com a questão do resíduo sólido, principalmente, Eduardo, a diminuição e o aumento da vida útil dos aterros, porque creio que seria a nossa última solução em termos de destino do lixo.

Tudo é válido, mas acho que antes nós temos que trabalhar com uma educação ambiental, começar por base com as comunidades. Não adianta nada nós falarmos de acondicionamento, de coleta seletiva, se os caminhões públicos passam nas comunidades juntando todos esses lixos num lugar só.

Então, nós estamos com um projeto, uma proposta em três etapas, onde ele vai promover, num período de um ano, a educação ambiental, trabalhando com os nossos cortisentes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Cortisentes são alunos, onde serão os multiplicadores dessa ação de educação ambiental, onde nós estaremos desenvolvendo palestras, oficinas, com toda comunidade de cinco bairros, onde estão os *campi* da UPC, que é: no CPA, no Jardim Industriário II, no Dom Aquino, no Pedregal, onde funciona a FUNEC, que é a mantenedora da UPC, e no Osmar Cabral. Cada campus tem em média de quinze bairros que estão assim correlacionados, envolvido com a UPC. É um processo moroso, mas tem que ter a iniciativa, tem que começar.

E a nossa preocupação primeira é sensibilizá-los e ensiná-los a importância desse acondicionamento. E também mostrar que o lixo não é propriamente lixo e que cada um tem a responsabilidade do seu lixo. Essa é a nossa primeira proposta, é a nossa primeira etapa a desenvolver.

Na segunda etapa, como o projeto é socioambiental, nós estamos voltados para uma cooperativa. A ênfase dessa cooperativa é a *pet*, mas nós vamos trabalhar com todos os resíduos sólidos. Já temos uma suposta parceira com a LERES da latagem, que vai adquirir nossos produtos, como o alumínio e, provavelmente, vidros e papelões. E com as garrafas *pet* nós trabalharemos na construção de camas, sofás, vassouras, para atender a comunidade carente, inclusive levando esse material ao INMETRO para ver se será aprovado, para nós desenvolvermos produtos com segurança. Também trabalharemos com divisões de casas e com muros. Essa é a cooperativa, que é a segunda etapa do projeto. Temos também uma preocupação muito grande, porque não adianta pegarmos uma cooperativa e virar um “coopergado”, fazer dos nossos alunos mão-de-obra barata. Não! Eles serão os gestores dessa cooperativa, e nós estamos buscando parceira para eles trabalharem, sabendo administrar, sabendo mexer com toda a gestão. Por isso o processo é moroso. Não adianta nada nós montarmos uma cooperativa, jogarmos um grupo lá para trabalhar, mas não se saber nem quem é o dono. Esse é o grande problema de uma cooperativa. Quando o dono tem que se administrar, ele tem que administrar o seu horário. “Ah, eu sou o dono mesmo...” E isso acontece. Isso é uma das grandes falhas que acontecem em cooperativas.

A terceira etapa do projeto - muitos já me disseram que é audaciosa, mas eu não acredito, eu aposto nela - é a usina de compostagem, dentro das condições climáticas do nosso Estado, que é na produção do biogás e trabalhar com compostagem orgânica. Esta já vem de paralelo com a horta comunitária com a qual nós também já estamos trabalhando.

Então, a minha fala aqui é mais para apresentar o projeto, buscando parceria.

Quanto a questão da cooperativa, desde a parte de triagem, da mesa de triagem, toda a aparelhagem de que nós fizemos uma cotação de preço fora não ficou cara. Para quem estiver disponível a nos ajudar, acho que ficou em torno de R\$110.000,00. Nós estamos encaminhando esse projeto, mas também buscamos bastante parceria do Estado. São 5 bairros, em 5 locais, e em cada bairro nós atingimos treze bairros periféricos. Então, é uma proposta boa. Nós também queremos somar e pedir a colaboração da SEMA. Gostei muito, Sr. Eduardo, quando o senhor colocou a diminuição dos lixões dos aterros. Quando falamos em coleta seletiva de reaproveitamento, nós estamos falando em melhoria da saúde; em redução de aterro sanitário; em diminuição dos carros que os órgãos públicos têm em despesas para fazer a coleta desse lixo; em geração de renda; e nós estamos falando em emprego também.

Então, era esse o meu comunicado. Agradeço e fico aguardando. As parcerias serão bem-vindas. E já quero deixar meu convite aqui para o Professor Paulo Gomes. Já dei uma cutucada nele aqui, que nós vamos dar uma explorada nele, buscando a parceria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Marilu.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Eu também gostaria de me colocar a sua disposição. A partir da semana que vem, a senhora, tendo um tempo, dá uma chegada no meu gabinete para que a gente possa conversar e ver em que damos conta de trabalhar juntos.

Por inscrição não tem mais ninguém. Mas eu pergunto se tem mais alguém que queira falar (PAUSA). O Dr. Eduardo quer fazer um comentário sobre as falas que já foram feitas.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueiredo Abreu.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - São algumas considerações.

Eu vou começar pela Sr<sup>a</sup> Marilu. A SEMA está de portas abertas para um projeto como o seu que visa mobilização social, até porque eu acho que esta audiência pública, entre outras tantas ações pedagógicas, serve e é fundamental para se buscar uma solução para gestão dos resíduos sólidos do Estado. Essa solução não pode ser atribuída para o peso governamental simplesmente. É preciso distribuir esse peso entre a sociedade civil. Não um peso no sentido de que vamos jogar a responsabilidade para a sociedade civil. Não! A gestão de resíduo sólido como política pública tem que ter a participação de todos, de todos, efetivamente, e por isso, inclusive, nós temos feito esse trabalho, interagido com a sociedade através de cooperativa, tentando fortalecer, tentando buscar encaminhamentos para ela, porque tem um viés social fortíssimo dentro do contexto da política de gestão de resíduo sólido - o que acaba sendo visto de forma pejorativa. Nós queremos restituir o ser humano nesse processo e fazer com que esse ser humano possa usufruir o valor econômico do lixo. Então, a SEMA se coloca a disposição no sentido de dar encaminhamento a esse projeto seu.

Em relação à fala do Professor Paulo Modesto, nosso amigo, crítico, sistemático, eu vejo que o elogio, às vezes, não é bom. Nós aprendemos muito mais com as críticas do que com os elogios - já dizia alguém, algum filósofo, sociólogo. As críticas construtivas têm nos estimulado a avançar mais, buscando alternativas eficazes, eficientes e de menor custo no sentido de encaminhar uma proposta para a política de gestão de resíduos sólidos. Professor, quando nós colocamos a experiência - eu não sei se foi esse o caso do professor João Quimoto - a respeito da usina de compostagem, triagem e aterro sanitário, ao mesmo tempo, nós não nos restringimos à experiência daquela da universidade como uma forma de nós absorvermos para enfrentarmos a nossa realidade. Nós sabemos da capacidade de nossos professores da Universidade Federal de Mato Grosso, bem como da necessidade de nós interagirmos com eles. Tanto é verdade que, no próprio semanário que nós vamos realizar agora de 23 a 25 de maio, existem vários professores, e até mesmo o senhor está sendo convidado para debater numa mesa redonda, buscando soluções conjuntas. Estamos abertos a buscarmos uma solução conjunta. Isso não quer dizer que nós tenhamos que ter - vamos dizer assim - uma visão xenófoba da realidade, no sentido de buscar apenas soluções caseiras. Não! Nós temos que buscar alternativas que já estão dando certo por esse Brasil afora. É nesse sentido que nós buscamos esses contatos, para interagir com as experiências seja de onde for, como foi colocado pelo Prefeito de São José dos Quatro Marcos a respeito da experiência italiana. Nós queremos compartilhar dessa experiência italiana; nós queremos conhecê-la. Porque, na verdade, com essa conjunção de idéias, de esforços, de experiências é que nós avançaremos. E não fazemos restrições ao apoio de ninguém. O que nós queremos, enquanto Governo do Estado, é erradicar os lixões de Mato Grosso. Isso é de fundamental importância. Quando se coloca aquele modelo, Professor Paulo Modesto, do plano de gerenciamento de resíduos sólidos elaborado por uma consultoria técnica sem haver a mobilização social da sociedade, nós somos contra. Somos veementemente contra! O que nós queremos, Deputado Zeca D'Ávila, é estimular a criação de Comissões Executivas nos municípios do Estado para que a própria sociedade local possa ser mobilizada e possa discutir como fazer a coleta seletiva, como fazer o tratamento do resíduo sólido, como destinar, reduzir a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

destinação dos resíduos sólidos. Aí esse modelo nós vamos trabalhar incansavelmente no Estado, mas aquele de apenas favorecer consultorias técnicas não.

Ouviu, Professor Paulo Modesto? E nós sabemos da responsabilidade, do seu engajamento com a questão social. É por isso que eu digo isso. Venha a nós, à SEMA. Nós estamos dispostos a ajudar, a trabalhar em conjunto não só com a Universidade, que, aliás, foi a minha Universidade, pois me formei na UFMT, mas também com propostas que visem integrar, que visem buscar o apoio da sociedade civil, da mobilização social, um projeto mais amplo. Aí sim.

Com relação à fala do Professor Paulo Gomes, a respeito do Comitê de Bacias Hidrográficas, eu quero dizer que acho fundamental a sua preocupação. Mas eu tenho certeza, pelo conhecimento que temos dos colegas da SEMA, do setor de recursos hídricos, que eles estão mobilizados. São pessoas profundamente preocupadas com essa questão. Existe até a proposta de estarmos trabalhando em conjunto, a nossa Superintendência, a de Indústria, de Infra-Estrutura e de Resíduos Sólidos, juntamente com a Superintendência de Recursos Hídricos, justamente para fazer uma proposta conjunta. Não dá para dissociar resíduos sólidos de recursos hídricos. Aliás, a questão ambiental tem essa peculiaridade. Você tem diversos setores: resíduos sólidos, recursos hídricos, recursos florestais, a própria agricultura, atividade agrícola, pecuária, todos estão utilizando a base da economia, que são os recursos naturais. E todos nós, nas diferentes áreas, estamos buscando o quê? Modelo sustentável de como expropriar desses recursos, mas mantendo o estoque de capital natural, fazendo com que a economia não possa ser comprometida com esse processo de desenvolvimento e que atinja, que a médio e longo prazo possa gerar emprego e renda e, ao mesmo tempo, a sociedade, as gerações futuras possam usufruir desse capital natural.

Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do Deputado Zeca D'Ávila. Mostrou-se aqui ser um Deputado sensível, alguém a quem podemos recorrer. Eu acho que hoje, com esta Audiência Pública, o Deputado Zeca D'Ávila, sem dúvida alguma, passa a ser uma referência neste Estado para o debate de resíduos sólidos. Se quisermos discutir esse assunto, está aqui uma referência.

E, Deputado, com certeza, nós, com as nossas demandas, viremos ao senhor buscar o apoio deste Parlamento. Porque muitas das nossas ações, das nossas diretrizes que saem lá da SEMA dependem do apoio deste Poder Legislativo.

E a questão ambiental, sem sombra de dúvida, tem avançado muito com relação à administração do Marcos Machado, mas muito temos que fazer ainda. E isso eu disse para ele, inclusive, numa reunião de coordenadores, superintendentes, que nós tivemos no sábado: “Muito, Secretário, o senhor fez, mas muito temos que avançar ainda, e para isso nós temos que dedicar a nossa equipe.” É bom que se diga, nós temos pessoas comprometidas na nossa coordenadoria de resíduos sólidos em fazer avançar essa área e as outras áreas da questão ambiental, mas para isso nós precisamos do apoio político para implementar essas políticas, a própria regulamentação da política estadual de resíduos sólidos em estar trabalhando em parceria com a sociedade civil, através de audiências públicas como essa. Parabéns, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Muito obrigado.

O Professor quer falar?

O SR. PAULO MODESTO - Respondendo ao Eduardo, nós sempre tivemos à disposição da FEMA, tanto é que prestamos muito serviço lá como membros de grupos de trabalho na FEMA, a Universidade, o nosso Departamento esteve sempre lá, isso é histórico inclusive.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Agora, o que eu quero dizer é o seguinte: na questão do João Tinoco, é uma satisfação recebê-lo aqui, é meu amigo particular, preocupado com as questões de gestão de resíduos no Brasil.

Agora, talvez o que seja novo para você é que toda essa solução de Minas foi implementada pelo Governador anterior, numa consultoria da firma do Tinoco, é serviço privado. Eu estou dizendo isso, porque - ele está me alfinetando aqui - sabe que eu dei uma consultoria de nove projetos para a FEMA. Certo? Nada a esconder.

Mas o que eu quero dizer é que eu também acredito nas questões sociais, no trabalho que ela vem colocar aqui, isso é extremamente interessante. A minha preocupação é que precisa ter um ordenamento técnico. Nós estamos pecando nas soluções técnicas, onerosas e que não funcionam. Essa é a preocupação.

O exemplo de Cuiabá foi exemplo de um projeto que não tinha nada a ver com a nossa realidade e que não teve as devidas adequações para aqui funcionar, completamente diferente de um cara como João Tinoco que fez projetos para trezentos municípios de Minas, pequenas comunidades e com boas experiências de sucesso e, inclusive, com redimensionamento, refinamento nas soluções chegando para uma situação ideal.

A minha preocupação nessas questões é com o tempo que se perde. Eu não agüento mais participar de reunião de que Cuiabá já fez, que Cuiabá tem esse projeto. Nós precisamos realizar no Estado de Mato Grosso. Quer dizer, só plano, só eventos. Vamos sentar e realizar.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Professor, nós vamos ter que cortar a ponta desses alfinetes. Esse é o início do bom andamento, porque pelo que eu estou percebendo, e não vou tirar a razão do senhor e nem do Eduardo. É ditado antigo, eu não sou dinossauro, mas eu tenho uma idade que já me faz lembrar que santo de casa não faz milagre, tem que buscar no vizinho. Eu estou vendo que nós temos solução aqui. E se tem solução aqui não adianta ficar correndo atrás, inventar a roda. Eu estou cansado de este País inventar a roda. Ela já está inventada e não adianta querer mexer nela que ela fica quadrada, e se ela está quadrada, não anda. Então, nós temos solução aqui, e eu sou de pleno acordo de que demos solução aqui.

O SR. PAULO GOMES - Deputado, eu quero ainda reafirma tudo que Vossa Excelência está falando aí. Eu fui Secretário Municipal de Meio Ambiente de Araras, município pequeno, não tinha ...

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu conheço.

O SR. PAULO GOMES - Conhece Araras.

Então, lá eu fui Secretário e implantamos a usina que existe, hoje, lá de triagem. Temos uma usina de triagem. Temos um trabalho com catadores de lixo. Temos uma cooperativa montada, e é uma cidade pequena. Agora tudo isso foi formulado por técnicos da própria cidade.

Nós não precisamos buscar nada em nenhum lugar. Os técnicos fizeram, os técnicos mandaram. O que nós muitas vezes ficamos tristes - eu sou cuiabano, sou mato-grossense, mas sou cidadão paulista, porque ganhei o título lá em São Paulo como cidadão paulista pelos trabalhos realizados lá -, porque nós estamos sempre buscando coisas mais onerosas lá fora, coisas caras.

Recentemente estamos vendo um relatório, situação de recursos hídricos que foi buscado longe por 500 mil, enquanto que a Universidade faz isso por 100, 200 mil reais, até 100 reais faz um relatório de situação, para aprovar uma bacia hidrográfica. Então, eu fico muito triste quando vemos mais de 5 universidades dentro do Estado de Mato Grosso e constantemente estamos buscando soluções lá fora.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu gostaria, não cortando, e ao mesmo tempo cortando a sua fala, de me colocar à disposição de todos. Eu quero ajudar a dar solução a esse problema. Se os senhores me permitirem me convoque na Universidade, eu vou lá para sentarmos... Eu sou leigo, totalmente leigo. Quero entender, quero aprender, quero ajudar, me coloco à disposição do Sr. Eduardo, da SEMA, e quero ajudar, quero ajudar a resolver esse problema. Então, o que todos nós temos aqui é que ajudar a resolver, a mudar este país. Chega de imbróglio! Eu já disse aqui - sou Parlamentar pela primeira vez - que Audiência Pública acaba em nada, porque eu ainda não vi uma que deu solução. É a primeira que eu faço e quero ver se ela dá solução. Vou trabalhar para dar solução. E fico triste de aparecer só este Prefeito aqui, e olha que nós comunicamos Câmaras Municipais, Prefeituras, Ministérios, Secretarias, pessoas que estão ligadas ao assunto. E me aparece só o Dr. Antônio aqui. Olha a situação que nós estamos encontrando para poder discutir um assunto de tamanha importância e envergadura. Eu fico com medo, estou... Fico, não, estou com medo de acontecer com esta Audiência Pública o que eu já disse anteriormente. É que todas não viram nada. Vem aqui meia-dúzia, falam, falam, falam... Vão todos embora e não vamos dar solução ao problema. Eu vou trabalhar duramente para que esta tenha continuidade e comecemos a dar solução a esse problema que é extremamente grave, é gravíssimo! O que eu vi pelo Estado de Mato Grosso é coisa de arrepiar! É vergonhoso ver que o Poder Público está fazendo o que está fazendo!

E acho plenamente, e concordo com o senhor: Soluções caríssimas que não dão conta de fazer, sendo que o prático, o fácil, aqui dentro, o caseiro, a raizada vai resolver o problema. Estou, às vezes, até sendo um pouco vulgar nas palavras, mas não é... É para simplificar a situação! A burocracia é grande demais!

Eu vejo a Sandra, que trabalha com essa resolução que fiz aqui, de coleta seletiva de lixo... Aqui dentro desta Casa, que hoje é um pouco maior do que era a velha lá, é uma mão-de-obra que o senhor não pode imaginar. É uma briga, uma resistência, um puxa dali, outro puxa daqui, a outra fecha a porta, o outro carrega o latão, o outro não deixa pegar o saco, o outro briga por causa do papel, o outro quer o jornal, é uma parafernália. Eu já falei para a Sandra: Sandra, eu não te agüento mais.

Porque todo dia ela chega com um problema. Problema porque o latão tem que ficar aqui, eles põe lá naquele canto. Mas lá não pode ficar, mas carregam para lá. Aí faz, fala, faz instrução, reúne, é difícil, mas nós vamos ter que vencer essa batalha... Sim, mas é, estamos fazendo, mas é às duras penas, faz quatro anos que está praticamente implantado isso aí. Está terminando o nosso mandato e estamos começando a ver sair do atoleiro, mas é uma briga, uma parafernália. O senhor imagina, e isso porque aqui não tem ninguém santamente ignorante. Os que transitam aqui dentro são pessoas de nível. O que está me deixando encabulado neste Brasil é isso, a resistência está aí. O menos esclarecido é muito mais fácil de administrar. O esclarecido briga por causa da cor do latão, da coleta, por que... É uma coisa impressionante, eu fico horrorizado de ver essa situação. Horrorizado de ver a resistência das pessoas mais esclarecidas. O outro até se perdoa. E tem menos resistência. Então, é realmente complicado.

O senhor quer falar mais.

O SR. PAULO MODESTO - Eu quero dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Vamos à sua sugestão para que nós possamos encerrar.

O SR. PAULO MODESTO - Sensível à preocupação do Deputado, eu gostaria que o senhor cobrasse da SEMA uma data para esse documento da normatização da legislação. É uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

legislação de dezembro de 2002 e será um grande avanço se nós a disciplinarmos. Então, se o senhor puder estudar com a SEMA uma data, porque eu já trabalhei num comitê desses e não chegamos a uma regulamentação. E acredito que, se nós tivermos aqui no Estado a regulamentação das políticas de gestão de resíduos sólidos, vai ser um grande avanço e é um belo resultado para uma audiência dessa.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Não. O senhor não vai mais falar. Agora, quem irá falar sou eu e vou encerrar.

Eu lhe peço que venha ao meu gabinete, na semana que vem, para me ajudar, para me orientar a fazer um comunicado para que possamos dar andamento. E eu tenho certeza de que teremos a conclusão o mais rápido possível. O Dr. Eduardo...

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Eu quero dizer algumas palavras. Infelizmente, eu vou desobedecer.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Não. Desobedecer não. Está livre.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Só respondendo ao Professor Paulo Modesto, eu quero dizer que já existe uma minuta do Decreto de regulamentação. Já está em análise por parte da Coordenadoria. Não é necessário estabelecer prazo nenhum. Porque não existe ninguém mais interessada na regulamentação da política estadual de resíduo sólido do que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O senhor pode ter certeza disso. Porque tudo isso que nós fizemos aqui, todo esse esforço que nós fizemos para ter reaplicabilidade e ações concretas, é necessária a regulamentação da política estadual de resíduos sólidos.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu entendo, Eduardo, mas também vou discordar de você. Não tem esforço nenhum. É obrigação. Isso não é mais do que obrigação e urgência urgentíssima. O Poder Público tem esse defeito. Custa sair e quando sai é porque fez um esforço fora do comum, desumano, trabalhou 24 horas. Não. É obrigação. E tem a obrigação de ser mais rápido do que está sendo para que não fiquemos nessa situação que estamos. É em conjunto? É o Legislativo? Precisamos do Legislativo? Vamos trabalhar! Não tenham dúvida nenhuma. E sem esforço. Por obrigação, porque estamos aqui com a obrigação de fazer um trabalho. E o Poder Público, seja do meio ambiente, da agricultura, do qual for, tem a sua obrigação de fazer. E nós queremos...

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Com apoio de todos, Deputado, inclusive do senhor.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Claro.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Eu tenho certeza de que nós vamos buscar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Claro. Estamos às ordens. Eu não tenho dúvida disso. Agora, a polêmica é muito prejudicial. Essa discussão alfinetada, essa coisa é muito prejudicial e atrapalha muito o bom andamento daquilo que a população precisa. E, conseqüentemente, quem fica sofrendo é a população. A população padece horrores com isso. E nós não podemos, como Legislativo, Executivo, não importa o segmento, precisamos da definição nas coisas e parar de burocracia, de alfinetar, porque eu não gosto, porque gosto ou deixo de gostar.

Eu quero agradecer a presença de todos, particularmente do Prefeito, e gostaria que o senhor, na sua pessoa, levasse ao Presidente da AMM a nossa decepção com a participação dos municípios nessa questão tão importante que é o resíduo sólido, que todos os municípios do Estado de Mato Grosso estão padecendo e passando.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER GESTÃO DE RESÍDUOS**  
**SÓLIDOS, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.**

---

Gostaria de agradecer a todos e me colocar à disposição do Eduardo, da Universidade, enfim, de todos. Nós estamos aí para trabalhar de mãos dadas, juntos, para que possamos começar amenizar essa situação. Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques.